



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Relações étnico raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas
sociais

**Documentário Napëpë: uma abreviada apreensão da
Etnopsicanálise**

Wanessa Wonsoski¹
Isabella Tormena Ferraz²
Viviane Ribeiro³

Resumo: O presente trabalho busca trazer compreensões da etnopsicanálise para a retirada de 12 mil amostras de sangue dos os índios Yanomamis, fenômeno esse exposto e denunciado pelo documentário Napëpë. Para tanto, utilizamos a abordagem complementarista proposta pelo pai da etnopsicanálise (Georges Devereux). Voltando-se ao fenômeno por um duplo olhar, pode-se ter uma visão mais completa do significado das 12 mil amostras de sangue para os Yanomamis. Também pode-se verificar a posição etnocêntrica dos pesquisadores, tanto na época da coleta do sangue, quanto nos dias atuais.

Palavras-chave: duplo olhar; etnocentrismo; indígenas Yanomamis.

Abstract: This article seeks to bring understandings on ethnopsyoanalysis for the withdrawal of 12,000 blood samples from the Yanomami Indians, the phenomenon exposed and denounced by the documentary Napëpë. Therefore, we uses a complementary approach proposed by the father of ethnopsychanalysis (Georges Devereux). Returning to the phenomenon by a double look, one can have a more complete view of the significance of the 12,000 blood samples for the Yanomami. It is also possible to verify an ethnocentric position of the researchers, both at the time of blood collection, and in the present day.

Keywords: double look; ethnocentrism; indigenous Yanomamis.

1. INTRODUÇÃO

¹ Psicóloga, mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Contato: wanessauem@gmail.com

² Psicóloga, mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, especialista em Psicologia Clínica pela Universidade Tuiuti do Paraná. Contato: ferraz.isabella2@gmail.com

³ Psicóloga residente em Gestão Pública, com ênfase em Direitos Humanos e Cidadania, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestranda em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM), especialista em Docência no Ensino Superior, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Contato: vivianeodara@hotmail.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), os povos indígenas lutam atualmente pela sua sobrevivência física e cultural. Eles vêm enfrentando questões como invasão e degradação territorial e ambiental, exploração sexual e de trabalho, abuso de álcool e outras drogas, êxodo desordenado, entre outros diversos problemas⁴. De acordo com o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas de 2017, os indígenas possuem uma realidade de grande número de vítimas de assassinatos (inclusive crianças), homicídios culposos, ameaças de morte, lesões corporais dolosas (como atropelamentos e espancamentos), abuso de poder, racismo, discriminação étnico culturais e violência sexual advindo dos inconformados com os direitos indígenas. Esse relatório também aponta a violência por omissão do poder público, com uma desassistência geral - como falta de água potável, não recolhimento de lixo e demais aspectos que violam os direitos fundamentais dos indígenas o os levam a viver em condições de absoluta miserabilidade. Também há desassistência na educação escolar indígena e na área da saúde. Destaca-se ainda o grande número de suicídio, disseminação de bebidas alcoólicas, drogas e mortalidade infantil.

Além de todo esse contexto, temos, desde o governo Temer, cortes significativos dos recursos orçamentários destinados aos indígenas.

É escandaloso o corte drástico e sistemático dos recursos orçamentários destinados à Coordenadoria Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), ocorrido nos últimos anos, que está acarretando a ruína da política de garantia territorial e proteção dos povos indígenas livres. Esse corte teve repercussão direta nas onze Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) da Funai, paralisando ou limitando sobremaneira as ações de campo de suas Bases de Proteção Etnoambiental (Bape). O recurso orçamentário de 2018 é mais de 70% inferior na comparação com 2014. O orçamento de 2018 é aproximadamente 20% inferior ao de 2017. O que ainda existe de política de proteção a esses povos se deve, em larga medida, à militância de alguns funcionários públicos, que atuam em condições precárias e expõem suas vidas em situações de conflito. (RELATÓRIO, 2017, p.146)

A situação tende a se agravar com a nova administração pública na qual, em poucos dias que o novo presidente está no governo, já foram tomadas lamentáveis ações como: a delimitação de terras indígenas passou para a responsabilidade do Ministério da Agricultura; a Funai passou para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que tem como Damares Alves como ministra; e ainda, muitas terras indígenas foram abertas para empresas privadas de mineração.

Retrocessos assim e demais cortes de recursos determinados pelo Governo Federal deixam os povos indígenas ainda mais vulneráveis a invasão de seus territórios,

⁴ Dados retirados do site <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 03 mar. 2019



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

violências de todos os tipos, condições subumanas de existência e extinção de suas existências.

Fizemos essa breve contextualização pois entendemos que ao falar de uma tribo específica temos que levar em conta todo o contexto de precarização da situação indígena no Brasil. Além dessa situação, que vem sendo agravada nos últimos anos, temos situações específicas que não devem ser caladas. Esse é o caso dos Yanomamis, denunciado pelo documentário Napëpë e na qual pretendemos contribuir com uma leitura feita a partir da etnopsicanálise.

Voltar-se para o documentário Napëpë com a lente da etnopsicanálise é usar um duplo olhar: o da psicanálise e da antropologia. O marco inicial dessa aproximação entre a psicanálise e a antropologia foi o livro *Totem e Tabu* de Freud publicado em 1913 (ROUDINESCO, PLON, 1998). Esse livro recebeu críticas do antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942) sobre universalidade do complexo de Édipo. O antropólogo, utilizando dados coletados com os trobriandeses em Nova Guiné, argumentou que estes não tinham complexo de Édipo e que o complexo só se aplicava a famílias burguesas de grandes cidades. Freud, ao tomar conhecimento das críticas de Malinowski, convidou um antropólogo e psicanalista chamado Géza Rohém (1891-1953) para viajar até a Nova Guiné e responder os questionamentos a respeito da universalidade do Complexo de Édipo. Rohém, financiado por Marie Bonaparte, contestou as afirmações de Malinowski. (BARROS; BAIRRÃO, 2010). Géza Rohém foi, juntamente com Georges Devereux um dos criadores da etnopsicanálise, embora ele próprio não tenha empregado este termo.

Devereux foi o primeiro a utilizar o termo etnopsicanálise e é considerado por muitos autores o pai dessa disciplina. Ele nasceu na Romênia em 13 de setembro de 1908. Seu nome de nascimento era György Dobó, mas em sua estadia em Paris mudou para Georges Devereux (CHEMOUNI, 2007). Em 1933, Devereux partiu para Estados Unidos e estudou *Hopi* e em seguida os *Mohaves*. Depois foi para Nova Guiné e Indochina e estudou culturas indígenas e não ocidentais, fez uma espécie de autobiografia científica na qual se tornou a base de seus escritos epistemológicos sobre angústia do observador e contratransferência. Em 1935 defendeu a tese em antropologia intitulada “A vida sexual dos índios *Mohaves*” na Universidade da Califórnia e sob orientação de Alfred Kroeber. Mesmo depois da tese, continuou estudando sexualidade e suicídio entre os indígenas. O interesse de Devereux não era apenas ao domínio da antropologia, mas principalmente aos problemas psicológicos destes povos. (BLOCH, 2000 *apud* DOMINGUES, 2016)



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Conforme Roudinesco e Plon (1998) o trabalho de campo com os indígenas fez Devereux refletir os problemas das diversidades das doenças mentais nas variadas culturas. No entanto, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que Devereux orientou-se para a psicanálise, primeiramente em Paris, onde fez análise com Marc Schlumberger e depois em Topeka na clínica de Karl Menninger, onde encontrou um novo campo de experiências transculturais. Foi aí que iniciou na clínica psiquiátrica e fez a análise de um indígena combatente da Segunda Guerra, análise esta que foi transcrita por Devereux e publicada no livro *Psychoterapie d' indien des plaines* em 1951, considerado a sua primeira grande obra.

Em 1961, Devereux publicou *Ethnopsychiatrie des Indiens Mohaves* que contém mais de 130 sonhos do grupo indígena. Em 1963, criou a cátedra de etnopsiquiatria na *École Pratiques de Hautes Études* (atualmente *École de Hautes Études en Sciences Sociales*). Nessa época já era conhecido como um dos pioneiros da antropologia psicológica, com mais de 150 artigos e livros publicados (BLOCH, 2000 *apud* DOMINGUES, 2016).

A base teórica na qual se assenta obra de Devereux é a psicanálise de Freud. Sua obra foi escrita principalmente em francês e inglês e é composta por mais de 300 títulos, entre eles 13 livros (BLOCH, 2000 *apud* DOMINGUES, 2016). Em 1985, Devereux faleceu aos 77 anos e conforme seu desejo, suas cinzas foram jogadas segundo o rito de Mohave, no cemitério Parker dos Estados Unidos (CHEMOUNI, 2007).

Embasando-se nas ideias desse autor, através da metodologia proposta pela sua teoria (complementarismo), e pelas demais leituras e discussões realizadas na disciplina “Etnopsicanálise e Clínica Transcultural” da pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, propõe-se discutir o documentário Napëpë.

2. DESENVOLVIMENTO

Napëpë

O documentário foi produzido por Nadja Marin em 2014. Ele aborda a luta dos Yanomamis para recuperar as amostras de sangue retiradas da sua tribo nos anos de 1960 por uma equipe de norte americanos que visavam fazer pesquisa com uma tribo que se manteve afastada do resto da população ao longo dos milhares dos anos. As amostras de sangue continuaram a ser usadas em pesquisas genéticas longo dos anos 80, 90 e 2000,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

inclusive, para o projeto Genoma Humano. Os Yanomamis não foram avisados de que suas amostras de sangue seriam guardadas, muito menos reproduzidas. Até hoje eles estão na disputa para que se reconheça a biopirataria e, principalmente, terem o sangue colhido de volta para a cerimônia funeral. A palavra *napëpë* é a designação geral para a pessoa que não é ianomâmi, sendo assim, o estrangeiro ou às vezes o inimigo.

Foi o antropólogo Napoleon Chagnon que conviveu com os índios durante um ano para facilitar a entrada dos cientistas na tribo e retirada das amostras de sagues. O antropólogo também escreveu diversas obras sobre a cultura Yanomami, criando a imagem de que são guerreiros e violentos, o que levou o governo a propor a demarcação descontínua das terras Yanomami com a justificativa de se evitar guerras entre as diferentes tribos.

Um duplo olhar

A etnopsicanálise é uma disciplina científica que conjuga antropologia e psicanálise, conjugação essa que não é uma interdisciplinaridade que junta as duas disciplinas, mas sim, conforme a proposta de Devereux, emprega, psicanálise e antropologia para pensar o fenômeno. Conforme Devereux (1972) apenas um discurso sobre o fenômeno, mesmo que seja compreensível e controlável, não é suficiente.

Esse duplo discurso não quer dizer que eles são dados simultaneamente pelo mesmo investigador, pelo contrario, são diferentes olhares, mesmo que exista uma complementariedade entre ambos. Alerta Devereux (1972):

[...] o princípio de duplo discurso rechaça incondicionalmente qualquer <<interdisciplinariedade>> do tipo aditivo, fusionante, sintético ou paralelo – em suma, qualquer disciplina “com script” e, portanto <<simultânea>>. Desse modo a verdadeira etnopsicanálise não é <<interdisciplinar>> mas *pluridisciplinar*, posto que efetua uma dupla análise de certos fato, no campo da etiologia, por uma parte, e no campo da psicanálise, por outra parte; enuncia dessa maneira a natureza da relação (de complementariedade) entre esses dois sistemas de explicação. (DEVEREUX, 1972, p.12, grifos do autor, tradução nossa)

A pluridisciplinariedade descrita pelo autor refere-se à *interdependência* total das duas abordagens (etnológica e psicológica) e a absoluta autonomia dos dois discursos que só podem ser complementares e não fusionantes (DEVEREUX, 1972). Essa complementariedade descrita por Devereux é pautada no físico Niels Bohr que, por sua vez, se baseia no princípio de indeterminismo de Heisenberg. O princípio de indeterminismo



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

[...] afirma a impossibilidade de determinar (medir) *simultaneamente e com a mesma precisão* a posição e o momento de um elétron. Em efeito, quanto maior é a exatidão com que medimos a posição de um elétron (em um instante dado), maior será a imprecisão da determinação de seu momento. (DEVEREUX, 1972, p. 18, destaque do autor, tradução nossa)

Essa forma inovadora proposta por Devereux, teve algumas aproximações anteriores na medida em que se utilizava psicanálise e antropologia para analisar um fenômeno. Entretanto, era um olhar fusionante das duas disciplinas e não complementar. O primeiro a realizar a aproximação entre a psicanálise e a antropologia foi Sigmund Freud em 1913, no livro *Totem e tabu*. Nesta obra, em que o autor considera um dos seus melhores textos, Freud (1913) destaca a importância de outros olhares (não só o da psicanálise) para entender os fenômenos, como por exemplo, o da origem da religião:

Se a psicanálise foi pioneira em descobrir a invariável sobredeterminação dos atos e formações psíquicas, não devemos recear que ela seja tentada a propor uma origem única para algo tão complicado como a religião. Se, por necessidade – ou melhor, por dever de ofício -, ela se mostra unilateral e destaca uma só das fontes dessa instituição, não reivindica exclusividade para essa fonte, nem tampouco o primeiro lugar entre os fatores operantes. Apenas uma síntese de diversos campos da pesquisa pode resolver que importância relativa cabe, na gênese da religião, ao mecanismo aqui discutido (FREUD, 1913\2012, p.155-156).

No entanto, os diversos olhares para compreender os fenômenos propostos por Freud, não são singulares, mas simultâneos, como podemos ver de modo claro nessa passagem: “A compreensão deve ser, ao mesmo tempo, histórica e psicológica; deve informar em que condições desenvolveu-se essa instituição peculiar e a que necessidades psíquicas do ser humano ela dá expressão.” (FREUD, 1913\2012, p.155-156). Desse modo, embora Freud (1913\2012) tenha trazido aproximações entre a psicanálise e outras disciplinas, ele não considerava a interdependência e autonomia das diferentes disciplinas.

Para Devereux, essa autonomia das duas ciências (psicanálise e etnologia) é fundamental e é apenas com o duplo olhar que se terá uma completa compreensão do fenômeno. Isso porque cada disciplina tem sua finalidade singular, na qual a psicanálise se volta principalmente ao psiquismo do homem e a etiologia para a cultura e sociedade (DEVEREUX, 1953\1971). Percebe-se que é clara a diferenciada contribuição das duas disciplinas e portanto querer misturar as duas comete-se em um grande equívoco.

Para melhor compreensão da questão de que as duas disciplinas oferecem compreensões do comportamento humano complementares e não adicionais, podemos citar o exemplo exposto por Devereux (1953\1971): quanto mais explorarmos os motivos



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

psicológicos que levam um homem a dar brincos de presente a sua esposa, menos compreenderemos a dimensão sócio-cultural, costume de presentear em certas datas, etc.

É importante descrever que, a esse duplo olhar, estamos nos referindo a **abordagem complementarista**, na qual norteia toda a produção científica de Devereux (DEVEREUX, 1972). Essa designação (complementarista) diz respeito que as explicações psicológicas e antropológicas são fundamentais para explicar um fenômeno, mas impossíveis de serem sustentadas simultaneamente.

Conforme Laplantine (1998) a epistemologia complementarista de Devereux tem como base três princípios: especificidade disciplinar, não simultaneidade e complementariedade. O primeiro princípio refere-se a não fusão das disciplinas (psicanálise e etologia), respeitando que cada uma delas possui metodologias, teorias e problemáticas próprias; o segundo refere-se a impossibilidade de “estudar o mesmo fenômeno simultaneamente em termos econômicos, políticos, psicológicos, sociológicos, etc.” (p.62); e ainda, e o terceiro refere-se ao não comparar ou diminuir uma disciplina a outra, mas serem complementares.

Desse modo, baseando-se nesse princípio de complementariedade de Devereux, nos voltamos com um duplo olhar para retirada 12 mil amostras de sangue de integrantes das tribos Yanomamis que foi tão bem exposta no documentário Napëpë.

Compreensão pela antropologia

Os Yanomamis são caçadores e agricultores do Norte da Amazônia. Situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela (território de aproximadamente 192.000 km²), descrevem que sua origem adveio da copulação do Demiurgo Omama com a filha do mostro Tëpërësiiki. As casas dos yanomamis são coletivas, nas quais cada uma delas considera-se uma entidade política e economicamente autônoma. O casamento ocorre com membros dessa mesma casa ou aldeia, ou seja, consanguíneos (geralmente primos)⁵.

Na cultura Yanomami os rituais são tidos como sagrados, inclusive o ritual fúnebre. Nesse ritual, os membros da tribo pegam todo o corpo do cadáver e eliminam sua ligação com os vivos.

⁵ Informações retiradas de <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 27 nov. 2018.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Toda a cerimônia funerária em si, o tratamento do cadáver, a exposição do cadáver na floresta, recuperação dos ossos, carbonizar os ossos, até enterar as cinzas, enfim, é um processo muito longo e cuidadoso de fazer sumir e eliminar toda a ligação com o passado, com os mortos. Para os Yanomamis essa é a condição de harmonia da sociedade dos vivos, é a maneira com a qual você constrói culturalmente a separação entre o mundo dos mortos e dos vivos. Se você não faz isso, os fantasmas, os mortos voltam ao mundo dos vivos e fica perseguindo os vivos, ficam melancólicos [os vivos] etc. e acabam sendo levados pelos mortos no além.(33:22)

A expedição realizada na tribo retirou 12 mil amostras de sangue e esse material está sendo reduplicado para mais pesquisas. E isso é inconcebível a cultura Yanomami, pois, como dito, é necessário todas as partes do falecido para o ritual, e caso não o tenha, o espírito não consegue se desligar do “mundo dos vivos”. O ritual é uma condição para a harmonia tribo, na sociedade dos vivos. Sendo assim, o sangue ainda presente na terra e conservado nos laboratórios não permite o espírito se afastar, e tendo algo do corpo aqui o seu espírito pode amolestar os outros da tribo.

A comunidade indígena luta pelo resgate das amostras de sangue que atualmente está armazenado em três instituições norte americanas. O objetivo da sofrida e longa luta é poder realizar o ritual fúnebre, aspecto fundamental para harmonia na cultura Yanomani.

Compreensão pela psicanálise

Através da psicanálise podemos refletir de modo diferente a questão central do documentário na qual refere-se a retirada 12 mil amostras de sangue de integrantes das tribos Yanomamis e os impede de fazer o ritual fúnebre. Podemos pensar que o impedimento do ritual fúnebre pode trazer uma dificuldade na elaboração do morte dos entes falecidos. Esses rituais, realizados de diferentes formas em diferentes culturas, colaboram com o mundo simbólico na elaboração do luto.

O luto é a reação à perda de um objeto que estava libidinalmente investido. Conforme Freud (1917 [1915] \2010) quando o objeto amado não existe mais, a libido vai sendo, aos poucos, retirada de suas conexões com esse objeto e sendo investida em outros objetos. No caso dos Yanomamis, o sangue dos seus entes se fazem presentes no “mundo dos vivos”, lhes dando certa convicção de que o corpo da pessoa ainda está presente, ou seja, os índios vivos não conseguem desligar a libido do objeto morto, impedindo que o Eu fique livre para outros investimentos.

Os Yanomamis lutam para terem de volta o sangue retirado de sua tribo para realizar o ritual fúnebre.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Os rituais fúnebres parecem ter aqui um importante significado psicológico nos enlutados e, mesmo variando na cultura e na religião, de uma maneira geral são uma forma de compartilhar a passagem da vida para a morte, socializar a dor e iniciar o processo de luto. De facto, favorecem a resolução saudável do luto dando uma segurança psicológica aos enlutados que proporciona uma direção ao processo de luto através de locais e momentos específicos para a expressão da dor e do pesar (ESTEVEES & ROQUE, 2009, p.629).

Até os dias atuais, os Yanomamis continuam impossibilitados de ritualizar a morte de seus entes, permanecendo em um luto eterno.

Um adendo: o etnocentrismo

Outra questão chave na etnopsicanálise e que não devemos deixar de considerar é o etnocentrismo que podemos verificar no documentário. O termo se refere à concepção do pesquisador entender as normas e valores da sua cultura como melhores, mais corretas, adequadas e normais, em relação ao campo pesquisado. Conforme Rocha (1998),

Etnocentrismo é uma visão de mundo onde nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. (p. 05)

Sabe-se que para evitar o risco do etnocentrismo o pesquisador deve estar imerso na comunidade pesquisada e no contato com o outro. Devereux (1977) *apud* Scorsolini-Comin (2014), destaca em várias de suas obras a importância da responsabilidade dos profissionais conhecerem a realidade cultural que vivem as pessoas que se esta pesquisando.

[...] psiquiatras e psicanalistas deveriam se interessar pelo meio cultural específico do paciente e se esforçar para compreender suas produções em função do meio dele (paciente) e não do seu (psiquiatra) (DEVEREUX, 1977, *apud* BARROS, BAIRRÃO, 2010, p.47-49)

No entanto, mesmo os pesquisadores estando inseridos no campo dos yanomamis, eles tiveram uma postura claramente etnocêntrica. Isso se mostra pelo fato de que eles não buscavam ouvir os yanomamis a respeito de seus rituais, nem ao menos perguntavam para entende-los a partir da visão do yanomami, apenas olhavam e descreviam nos seus cadernos, fazendo suas próprias interpretações. Um exemplo é o ritual de brigas, na qual são constituídos com vários objetivos: para ensinagem, para descontar a raiva, etc., mas os antropólogos apenas descreveram que se tratava de uma tribo que estava o tempo todo



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

brigando e portanto, eram violentos e agressivos. Através de suas pesquisas etnocêntricas que se teve a falsa concepção mundial de que a cultura Yanomani favorecia a violência. Também os interesses governamentais utilizaram dados dessa pesquisa para justificar o desmembramento das terras Yanomanis:

“os Yanomamis são povos desgenerados, que comentem incesto generalizado e passam o tempo brigando uns contra os outros, por isso tem que separar os grupos” (23:54)

Ou ainda:

“por quê reservar uma área grande para uma dúzia de Yanomamis que só se matam entre eles, que são ferozes, que são perversos?” (25:21)

Além dos antropólogos da época, também percebe-se que os cientistas *atuais*, ao falar das tribos Yanomamis, ainda mantém o etnocentrismo, como verificado na fala em que Francisco M. Salzano afirma que os índios não teriam capacidade de compreensão do motivo da retirada de sangue, e nesse sentido, não era necessário qualquer esclarecimento e muito menos um termo de consentimento informado:

o problema do consentimento informado em grupos tribais é um problema complexo porque, é lógico, não dá para chegar a indivíduos nesses estilos de vida e falar em DNA, sistema mitocondrial ou qualquer outro tipo de terminologia científica especializada porque não adianta nada, lógico, não vão entender (13:15)

Questiona-se: não era possível explicar de um modo que os indígenas entenderiam? Era preciso explicações mentirosas para ter a aceitação dos nativos?

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Voltando-se ao fenômeno pelo duplo olhar pode-se ter uma visão mais completa do significado das 12 mil amostras de sangue para os Yanomamis. Pelo olhar antropológico, pudemos perceber que o sangue para o funeral fúnebre significa uma condição de harmonia da sociedade dos vivos. O ritual possibilita que os mortos não perturbam os vivos, não geram doenças ou moléstias. Já pelo olhar da psicanálise pode-se perceber que o sangue ainda presente nos laboratórios de pesquisa traz aos Yanomamis a impossibilidade de elaboração de luto dos entes falecidos. Percebe-se assim, uma interdependência total das duas abordagens e uma absoluta autonomia dos dois discursos, que foram complementares e não fusionantes.

Também pode-se verificar a posição etnocêntrica dos pesquisadores, tanto na época da coleta do sangue, quanto nos dias atuais, o que gerou (e gera) consequências negativas às tribos. Desse modo, ressalta-se a importância das pesquisas se atentarem ao



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

etnocentrismo e de que, além dos pesquisadores estarem em contato com o outro pesquisado, deve-se dar voz a esse outro, não julga-lo a partir do modelo de sua própria cultura, e ainda, se atentar a uma postura de constante avaliação e reflexão das consequências que a pesquisa pode gerar.

Por último, esse texto também proporciona uma denúncia (assim como o documentário) e apelo para que os Yanomamis recebam os resultados das pesquisas realizadas com seus materiais genéticos e tenham os sangues devolvidos para que possam realizar o ritual fúnebre tão caro a sua cultura e à elaboração do luto.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Mariana Leal de; BAIRRAO, José Francisco Miguel Henriques. Etnopsicanálise: embasamento crítico sobre teoria e prática terapêutica. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 45-54, jun. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702010000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2019.

CHEMOUNI, J.. **Vie et oeuvre de Georges Devereux brève chronologie**. Le Coq-héron 2007/3 (n.190), p.11-13. DOI 10.3917/cohe.190.0011

DEVEREUX, G. Les facteurs culturels em thérapeutique psychanalytique. *In: Essais d'ethnopsychiatrie générale*. Barcelona: Barral Editores, S. A., 1971, p.343-362. (Publicado originalmente em 1953).

DEVEREUX, G. **Etnopsicoanálisis complementarista**. Paris: Flammarion, 1972.

DOMINGUES, E. **Projeto de pesquisa Georges Devereux e a etnopsicanálise no Brasil**. Maringá, 2016.

Esteves, M. L., & Roque, A. R. (2009). **O processo do luto na ausência do corpo**. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1, 627-634.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

FREUD, S. Totem e Tabu. *In*: FREUD, S.. **Totem e Tabu, contribuições à história do movimento psicanalítico e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.13-244. (Publicado originalmente em 1913)

FREUD, S. Luto e Melancolia. *In*: FREUD, S.. **Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.170-194. (Publicado originalmente em 1917 [1915])

LAPLANTINE, F. (1998) **Aprender etnopsiquiatria**. São Paulo: Brasiliense.

NAPEPE. Direção: Nadja Marin. Escritora: Nadja Marin. 39 min. Brasil, 2004.

RELATÓRIO. **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil –Dados de 2017**.

Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf. Acesso em: 03 mar. 2019.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

ROCHA, E. P. G. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Atenção psicológica em Umbanda: Experiência de cuidado e acolhimento em saúde mental. **Estud. pesqui. psicol. (Impr.)**, v. 24, n. 3, p. 773-794, set-dez 2014.